

O NEOLIBERALISMO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): aproximações contextuais

Elione Maria Nogueira Diógenes

Professora Associada II, da Universidade Federal de Alagoas e professora-colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPAPP). Realizou o Estágio Pós-Doutoral sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva (2014) da Universidade Federal do Maranhão, concluiu o Doutorado no

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Tem mestrado em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (PPAPP, 2005). Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Ceará (1992). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Planejamento e Avaliação Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação em direitos humanos, ensino médio, gestão democrática e políticas públicas de educação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9237-6667>

Email: elionend@uol.com.br

Vanessa Maria Costa Bezerra Silva

Discente de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE- CEDU- UFAL. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE- CEDU- UFAL. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas/Campus Arapiraca. Participou como bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID, no período de 01 de junho de 2014 à 01 de fevereiro de 2018. Atuou como discente titular no Colegiado do Curso de Pedagogia- UFAL/Campus Arapiraca, no Biênio 2015-2017. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE/CNPq) e atua também como membro no Observatório em Políticas Públicas de Educação, Direitos Humanos e Segurança Pública (OPPEDHSP/CNPq).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5566-5489>

Email: vanessacosta.ufal@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta um estudo sobre o contexto histórico-social-político e econômico da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Estado neoliberal no Brasil, cujas políticas educacionais, têm a ingerência dos organismos internacionais. A BNCC configura-se em uma política de educação neoliberal, materializando-se como política normativa, visto que, esse documento apresenta implicações para a formação dos sujeitos em espaços escolares. Para isso, realizamos uma pesquisa documental e de cunho qualitativo, ancorada nas contribuições de Santos (2016), Höfling (2001) e Santomé (2003). Os principais resultados são: 1- A BNCC é parte do contexto de recrudescimento do neoliberalismo no Brasil; 2- A BNCC é de caráter homogeneizador, elitista e mecanicista; 3- A BNCC vem materializar os acordos firmados entre o Brasil e os organismos internacionais como o FMI e o BM para financiar a Educação Básica no país, submetendo a formação do aluno aos interesses do mercado de trabalho precarizado.

Palavras-chave: BNCC. Políticas educacionais. Neoliberalismo. Organismos Internacionais.

NEOLIBERALISM AND THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE (BNCC): contextual approaches

Abstract

This article presents a study on the historical-social-political and economic context of the National Common Curricular Base (BNCC), in the neoliberal state in Brazil, whose educational policies have the interference of international organizations. The BNCC is configured in a neoliberal education policy, materializing itself as a normative policy, since this document has implications for the formation of subjects in school spaces. For this, we conducted a documentary and qualitative research, anchored in the contributions of Santos (2016), Höfling (2001) and Santomé (2003). As main results, we emphasize that the BNCC comes to materialize the agreements signed between Brazil and international organizations such as the IMF and the BM to finance Basic Education in the country, submitting the training of students to the interests of the precarious labor market.

Keywords: BNCC. Educational policies. Neoliberalism. International Organizations.

Introdução: (con)textos incertos: a história em linhas e trilhas

[...] A educação é a única coisa deste mundo em que acredito de maneira inabalável (MEIRELES, 1998, p. 46).

O século XXI caminha com o século XX de “mãos dadas”. O primeiro não pôs fim ao segundo. Este foi caracterizado como o amplexo dos extremos (HOBSBAWN, 1994), ao mesmo tempo, presentificou-se na Era das catástrofes, da barbárie e dos assassinatos em massa. No século XXI essas condições históricas não são rompidas; agravam-se com a pandemia COVID-19 (SOUZA, 2020). O recrudescimento da miséria veio no cenário em que posterior à queda dos sistemas socialistas de produção e se tornou hegemônica uma economia de mercado – designada por cientistas sociais e economistas como globalização financeira ou mundialização do

capital –, ordem econômica mundial que menospreza os direitos sociais e impõe novas regulações às relações entre capital e trabalho.

Em tal período ocorreu o ressurgimento dos paradigmas liberais da economia capitalista, nos quais se retoma a defesa das desigualdades e das vicissitudes individualistas como ponto de partida e de chegada das relações humanas, depois de se ter consagrado como direito universal o Estado do bem estar social (*WelfareState*).

Historiadores, filósofos, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e economistas têm escrito obras analíticas movidos pelo interesse de tornar essa época histórica compreensível às gerações que nasceram e viveram em seu interior percursivo e que necessitam, caso queiram agir de modo proativo, conhecê-lo melhor, porque os momentos de grandes reestruturações do capital vêm acompanhados de intensas desestruturas sociais.

Adjetivado de longo (ARRIGHI, 2006) ou breve (HOBBSBAWN, 1994), o último século do segundo milênio circunscreveu um dos mais importantes capítulos da história mundial, seja pelas lutas sociais e políticas nele surgidas e vencidas seja pelas amplas alterações operadas, por específico, no campo da educação.

Tinha razão Polanyi (1980), essa nova ordem capitalista controverte o Estado e o coloca a serviço dos empreendedores capitalistas, que criam e mantêm as condições de submissão da sociedade ao mercado. É o Neoliberalismo, que gerou um novo sistema social em que os excluídos são incorporados (de modo contraditório) e assumem papel preponderante no funcionamento desse metabolismo social.

As transformações quanto ao papel do Estado no provimento dos direitos humanos fundamentais como educação, saúde, trabalho e assistência social por meio da formulação, implantação e implementação das políticas sociais protagonizadas no século XX permanecem mais fortes no século XXI. Essas no Brasil sofreram reordenamentos, inscritos na contrarreforma (BEHRING, 2008) do capital ajustado à mundialização financeira.

As políticas de educação elaboradas e implantadas nesse contexto são funcionais a essa nova ordem, dentre elas a da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesta nova configuração educacional, preparar para o mercado de trabalho flexível dá o “mote” das relações de ensinagem e aprendizagem.

Aqui, trabalhamos com o conceito de políticas públicas enquanto “[...] campo de estudo da pesquisa social em desenvolvimento [...]” (SILVA, 2001, p. 44). Compreendemos como política estatal de regulação e intervenção social: “Toda política pública é uma forma de regulação e intervenção na sociedade [...]” (ibidem, p. 37). É deliberação tomada pelo Estado, no qual se revela como a condensação material de uma relação de forças entre classes ou frações de classe (POULANTZAS, 2000).

Essas no campo da educação mudaram profundamente. Na sociedade burguesa, a escola “eficiente” é um privilégio das elites. Na própria organização da escola em si, mantém-se a divisão social do trabalho, a histórica separação entre trabalho manual e intelectual.

A escola burguesa é organizada de forma dualista e excludente, em que o acesso da classe subalterna à escola média e superior da cultura é difícil. O que a burguesia lhe oferece?

O mínimo social de educação. Essa realidade está exposta nos principais documentos que norteiam as reformas educacionais nas diferentes formas-Estado capitalistas.

Em oposição a esse modelo de formação, Gramsci pensa na escola desinteressada e humanista que:

[...] não hipoteque o futuro do jovem e não constranja a sua vontade, a sua inteligência, a sua consciência em formação a mover-se dentro de um trilho com direção pré-fixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa e não uma escola de escravidão e mecanicidade. (GRAMSCI, 1975, p. 82).

Tratar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), diz respeito a uma política neoliberal, homologada em dezembro de 2017, caracterizada como uma política de caráter normativo para a Educação Básica brasileira, a qual organiza-se em campos de experiência para a Educação Infantil e áreas do conhecimento e componentes curriculares para o Ensino Fundamental, prescrevendo as competências e as habilidades que os alunos precisam desenvolver ao longo de toda a Educação Básica escolar no país.

As políticas educacionais desde a década de 1980 estão se alinhando aos ideais do neoliberalismo que determina a presença mínima do Estado para o “social” e a maximização do Estado para o “capital”. A construção da BNCC (2018), ideologicamente, proclamou que essa foi elaborada a partir de processo democrático e participativo, porém, isto não ocorreu, em verdade, burlou-se esse processo democrático de modo a ocultar o principal interesse dos organismos internacionais, resultando no fortalecimento do Estado neoliberal no Brasil.

A elaboração do documento da BNCC (BRASIL, 2018) passou por algumas etapas. A primeira versão foi disponibilizada em 2015, contendo 302 páginas. A segunda foi divulgada em 2016, tendo como grande articulador o Movimento pela Base Nacional Comum, por meio de contribuições *online* no portal desse movimento. E a terceira e última versão foi divulgada e homologada em 2017.

A discussão em torno da elaboração da BNCC (BRASIL, 2018) não surgiu apenas com a elaboração da primeira versão, que contou com a participação de uma comissão de especialistas, representando várias universidades e instituições brasileiras, oficializada através da Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015, e assinada pelo Ministro Renato Janine Ribeiro, no I Encontro Interinstitucional sobre a Base Nacional Comum Curricular. Entretanto, a proposta de uma base nacional comum para a educação brasileira vem sendo debatida há muito tempo com argumentos a favor e contra o referido documento.

Considerando a BNCC (BRASIL, 2018) como uma política que altera a organização dos currículos escolares, da formação de professores, das finalidades da educação, da organização da proposta escolar, dentre outros fatores, convém aprofundar os estudos acerca do tema, destacando a BNCC (BRASIL, 2018) como ponto central do fortalecimento do Estado neoliberal, através das reformas ocorridas a partir dos anos de 1990 no Brasil.

Vale ressaltar que todos esses pontos estão articulados com os interesses dos organismos internacionais para a educação, pois está não é apenas uma área social, ela é uma área estratégica e que influencia o desenvolvimento de todas as outras.

O presente trabalho teve como principal objetivo analisar o contexto da elaboração da BNCC, a fim de identificar o fortalecimento do Estado neoliberal no

Brasil, por meio das políticas educacionais, destacando os principais objetivos dos organismos internacionais e refletindo acerca da BNCC como uma política normativa para a educação brasileira, visto que, esse documento implica na formação dos sujeitos que estão nos espaços escolares.

A seguir, abordamos os principais interesses do Estado neoliberal, sua implementação no Estado brasileiro e a BNCC como política educacional que vem efetivar os acordos firmados com organismos internacionais desde o período de redemocratização do Estado brasileiro, além das parcerias entre instituições públicas e privadas no processo de elaboração do documento.

A BNCC e o ajuste do estado neoliberal brasileiro

Duas dinâmicas histórico-sociais foram determinantes no sentido de impulsionar as reformas da educação básica: as grandes transformações ocorridas no mundo do trabalho e a reorientação do papel do Estado no que diz respeito ao processo de formulação, implantação, implementação e avaliação das políticas públicas.

O Plano Diretor da Reforma Administrativa do Estado foi elaborado pelo Ministério Administração Federal e Reforma do Estado da ARE com o fim de nortear a redefinição de funcionamento da máquina burocrática brasileira. Sua aprovação se deu sob a vigência da primeira gestão governamental do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) por meio da Câmara da Reforma do Estado (CRE) formada por seis Ministros da República, a citar: Foram eles: Clóvis Carvalho - Ministro Chefe da Casa Civil (Presidente); Luiz Carlos Bresser Pereira (Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado); Paulo Paiva (Ministro do Trabalho); Pedro Malan (Ministro da Fazenda); José Serra (Ministro do Planejamento e Orçamento) e Gen. Benedito Onofre Bezerra Leonel (Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas). Nele, delinearam-se os objetivos e as diretrizes para a reforma da administração pública em que o aparelho estatal:

[...] abandona o papel de executor ou de prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto no papel de regulador e provedor ou

promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde (BRASIL, 1995, p. 18).

O Estado brasileiro, lastreado por esta diretriz governamental, dá início ao processo de reformas que abrange a política econômica, de assistência social, previdenciária, cultural, do trabalho, de saúde e de educação. As mudanças no nível médio iniciam-se com a reforma da educação brasileira, que tem um projeto de repactuação social numa conjuntura “[...] motivada pela globalização neoliberal e seus impactos nos países latino-americanos [...]” (WANDERLEY e KRAWCYK, 2003, p.7).

Para Freitas (2003, p. 57):

Um projeto histórico enuncia o tipo de sociedade ou organização social na qual pretendemos transformar a atual sociedade e os meios que deveremos colocar em prática para a sua consecução. [...]. É concreto, está amarrado a condições existentes e, a partir delas, postula meios e fins.

O pensamento hegemônico empresarial, representante das bases industriais e pós-industriais no Brasil, mantém-se fiel à inserção originária do país no sistema sociometabólico do capitalismo: amoldamento subordinado aos padrões de desenvolvimento econômico dos países avançados. Obedece, ainda, ao modo neocolonialista de exploração da força de trabalho no processo de criação de valores voltado ao capital cumulativo. Esta dupla condição da economia nacional no cenário internacionalizado torna o país suscetível às influências externas de variados matizes. Pertinente a esta realidade, os significados, teores e condicionantes do movimento governamental reformador das políticas públicas estão relacionados com a totalidade das relações sociais e de produção.

A construção da racionalidade que norteia os pressupostos filosóficos, políticos, pedagógicos, ideológicos, econômicos e sociais da reforma do nível médio de escolarização tem na hegemonia do projeto neoliberal sua concretude real. No Brasil e na América Latina – em que os fatos e as contingências históricas localizam-se no contexto econômico e político subsumido à reestruturação produtiva do capital –, o PREAL teve uma ação determinante relativa à formulação de documentos e estudos que fizeram a diagnose da situação e a proposta de intervenção do Estado.

Hirata (1994) analisa que esse modelo é orgânico ao novo modo de regulação do capitalismo. O novo na área da formação para a classe-que-vive-do-trabalho é a gestão do conhecimento numa concepção empresarial cujas políticas de educação são pensadas, formuladas e implementadas de forma subordinada “[...] ao metabolismo social produtor de mercadorias edisciplinador de uma força de trabalho subordinada à reprodução do capital [...]” (BERGAMO e BERNARDES, 2006, p. 191).

É importante ficar atento ao movimento de ressemantização dos termos, vez que a pedagogia das competências, no contexto da economia mundial, tem como finalidade remodelar a subjetividade dos trabalhadores, de forma que esses se sintam responsáveis por seus destinos no interior da crise do trabalho.

No sentido do enfrentamento da pedagogia das competências no cenário das reformas educacionais no Brasil, emerge a necessidade da desconstrução desse mito, posto que serviu de suporte ideológico para a nova economia.

Os estudos e prognósticos dos analistas simbólicos que exercem atividades científicas em instituições como a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a Fundação Carlos Chagas (FCC) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) foram úteis à reforma desde a emergência da agenda à sua implantação nas diferentes realidades dos Estados-Nação da América Latina e do Caribe.

Essa reforma tem como marco de transformação a própria essência da organização social, cujo fundamento está no mercado, que tem interesses e necessidades políticas e econômicas concretas em todo o processo de reformulação do ensino secundário. A reforma do nível médio constitui uma determinada forma de intervenção no projeto societário porque desnorteia resistências e lutas sociais.

Algo mudou na educação, visto ser o campo que melhor reflete as transformações ocorridas na sociedade em suas dimensões política, econômica, social e cultural. Ao se levar em conta o diagnóstico feito pelos formuladores/implantadores da reforma, tem-se que:

[...] os números da educação brasileira ainda estão longe de corresponder às exigências do desenvolvimento econômico, deixando o país em posição desvantajosa frente aos parceiros internacionais. Dados da OECD sobre escolaridade da

população, em diversos países (nem todos membros), revelam o muito que se há de fazer no Brasil quanto a esse aspecto. (BRASIL, [s. d.], p.18).

O conjunto das políticas públicas de educação funcionais à estrutura econômico-social delineada nos programas, nas ações e nos projetos de governo representa os interesses dos grupos hegemônicos e dos sujeitos políticos com eles comprometidos. Ademais, registra-se:

[...] num processo crescente de mundialização da economia e de reestruturação da divisão internacional do trabalho, de perda da autonomia dos Estados nacionais, de desregulação dos mercados e de modificação dos parâmetros políticos. (KRAWCZYK, 2000, p. 1).

Mészáros (2006), ao discutir a ação do Estado implicada à pedagogia de hegemonia do Capital, alerta para o fato de que a política estatal não trata as causas como causas, mas como efeitos a serem debelados, isto é, variáveis a serem qualificadas e/ou classificadas:

O aspecto mais problemático do sistema do capital, apesar de sua força incomensurável como forma de controle sociometabólico, é a total incapacidade de tratar as causas como causas não importando a gravidade de suas implicações em longo prazo (MÉSZÁROS, 2006, p. 175).

Os empresários representados pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) tiveram um papel relevante nesse contexto (BIANCHI, 2001). Havia outros sujeitos políticos e sociais da reforma além do PNEB como as Organizações Não-Governamentais ou terceiro setor; os Sistemas de Comunicação [redes de televisão e revistas impressas], as Associações de pesquisadores da educação, os Sindicatos de Representação da categoria dos profissionais da área da educação, bem como as três esferas de poder: Judiciário, Legislativo e Executivo.

Até mesmo pessoas do povo passaram a debater a ineficiência e a inadequação do sistema educacional brasileiro para os novos tempos de incerteza global. Conforme Zibas (2002), no Brasil, foi divulgado o modelo chileno de educação, que tem na privatização sua principal diretriz. O Chile serviu de arquétipo para a implantação do neoliberalismo nos países das Américas Latina e Central. A ideia era

incentivar a privatização do ensino público e não o contrário, ou melhorar os investimentos no setor público de ensino.

Muito dessa discussão formatou-se em dogmas e fórmulas que confrontavam a educação ofertada pelo ensino público à que era de iniciativa privada, de forma a desqualificar a primeira em favor da segunda, sem, entretanto, especificar ou explicitar as reais condições e contradições de desenvolvimento de uma e de outra para a transparência do debate (GENTILI e SADER, 1995).

Alimentada pelos meios de comunicação, essa discussão funcionou como uma espécie de chamada pública envolvendo o Estado e a sociedade civil para a questão da formação básica do novo trabalhador da Era da reestruturação produtiva do Capital (portador de nova subjetividade). O detrimento do velho e a exaltação do novo são a tônica dessa reforma, por dizer o seu invólucro.

Entretanto, o novo no qual se ergue não tem uma origem assim tão nova, dado que é o trabalho, e este é: “[...] o modelo de toda práxis social, na qual, de todo modo – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas – sempre são transformadas em realidade posições teleológicas, em termos que, em última análise, são materiais.” (LUKÁCS, 1981, p. 6). Ao se transformarem os processos produtivos, transformam-se as relações sociais antigas, dando lugar às novas dinâmicas sociais expressas em novos modos de expressão cultural e de convivência social. Constroem-se os novos modos de ser, constroem-se outro ser subjetivado.

A partir de meados da década de 1980, isto é, com o período de redemocratização do Estado brasileiro, a educação vem sendo modificada de acordo com as exigências do Estado Neoliberal que se intensificou no país a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Um dos princípios desse modelo, constitui-se em diminuir o tamanho do Estado (Estado mínimo) e isso ocorre por meio da privatização de órgãos públicos, submetendo-se as regras da economia mundial e alavancando a competição de modo ilimitada.

Consoante Gentili e Silva (1996) e Soares (2002) podemos afirmar que o Estado mínimo se refere a uma “quase nenhuma” atuação em políticas sociais e mais regulação, quer dizer, o Estado deve ser “pequeníssimo” para os cidadãos e forte para os interesses do capitalismo. O Brasil demorou para se adaptar no campo do

neoliberalismo e de forma mais competitiva no que se refere à economia global, haja vista as notáveis limitações ao longo da história como, por exemplo: (a) o atraso tecnológico; (b) a crise fiscal do Estado; e (c) o alto endividamento externo. Essas limitações tornaram-se obstáculos para a efetivação de uma economia global mais competitiva.

O neoliberalismo implantou-se de forma diferenciada, da mesma forma em todos os Estados e em todas as formações sociais, isto é, o modo como se deu ou como se efetivou em cada lugar dependeu das especificidades da região, considerando os seus aspectos políticos, econômicos e geográficos. A exemplo disto, citamos o modo como ele se estabeleceu no Brasil, o qual se inseriu de forma tardia no ajuste neoliberal, quando comparado a outros países da América Latina.

Isso ocorreu devido à fragilidade nos aspectos econômicos e políticos em que o Brasil se encontrava com a crise dos anos de 1980. Apesar de ser o último país da América Latina a implementar a proposta neoliberal, Filgueiras (2006, p. 183) enfatiza que no Brasil,

A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais.

A dominação da elite brasileira e o fortalecimento dos grandes grupos econômicos (banqueiros, multinacionais e alguns grandes empresários), foram determinantes para a vitória do projeto neoliberal no Brasil. Assim, a sociedade brasileira passou a ter políticas neoliberais direcionadas não apenas no campo econômico, mas em outros aspectos, como o social (saúde, educação, seguridade social, por exemplo), aumentando a desigualdade no país.

A partir do neoliberalismo no Estado brasileiro várias áreas passaram por reformas para que estas fossem direcionadas as demandas desse modelo de sociabilidade. Na educação foram diversas as reformas com vistas à efetivação do Estado neoliberal no Brasil, dentre elas, destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada pela Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a

BNCC (BRASIL, 2018), sendo veiculada como instrumento para melhoria da Educação Básica brasileira.

Os defensores da BNCC (BRASIL, 2018) têm se apropriado do discurso da necessidade de uma educação de qualidade para a educação brasileira, como podemos observar no texto de apresentação do documento em segunda versão preliminar, realizado pelo Ministro Mendonça Filho: “Ao homologar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, o Brasil inicia uma nova era na educação brasileira e se alinha aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo” (BRASIL, 2016). O alinhamento aos sistemas educacionais de outros países enfatiza o foco da educação brasileira aos ditames dos organismos internacionais, conforme pode ser visto na apresentação do documento.

A BNCC (BRASIL, 2018), como uma política educacional e de cunho normativo, visa atender a um projeto maior, isto é, um projeto de Estado, de governo e de sociedade, perante um determinado contexto que se relaciona com as relações de poder para qual ela foi elaborada, envolvendo ainda as dimensões administrativa, financeira e pedagógica. Para Santos (2016, p. 101) a política educacional brasileira é “um campo de forças em conflito e um local de contradições diversas entre a ‘forma’, o ‘conteúdo’ e as ‘consequências’ de ações, programas e planos gestados nesse campo”. Tudo isso está relacionado ao modelo do Estado brasileiro e a sua forma de implementar políticas públicas.

Höfling (2001, p. 31) ressalta que as políticas voltadas para o âmbito da educação “se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social”. A política educacional traz as marcas da concepção de Estado e das relações sociais que este deseja manter.

Nesse sentido é importante destacar que existem as políticas de Estado e as políticas de governo. Santos (2016, p. 8) enfatiza que:

Uma política de Estado alude a um plano, uma ação ou um programa educacional com objetivos a longo prazo, elaborado para durar por um período que vai além do exercício político de determinado

partido, ou do representante deste, à frente de uma entidade de Estado, em nível municipal, estadual ou federal.

A política de Estado se caracteriza como ações de longo prazo que perpassam vários governos, enquanto que a “política de governo se refere a um programa, ação ou plano desenvolvido para vigorar durante um mandato governamental” (SANTOS, 2016, p. 8). Esse tipo de política caracteriza-se como ações de curto prazo. No Brasil as políticas de Estado, que se refere a uma ação mais longa, costumam ser elaboradas pela esfera federal. Embora, as políticas de governo no âmbito educacional se tornem mais comum no país, devido a configuração política brasileira.

Diógenes (2014, p. 74) ressalta que essa reforma educacional ocorreu “em consonância, também, com a reconfiguração ou resignificação do mundo do trabalho, para atender à necessidade de formar esse novo homem para um novo mercado de trabalho flexibilizado”, reduzindo o homem a um simples objeto para atender as demandas da economia produtiva e dessa forma as políticas educacionais que compreendem: o currículo; a formação de professores; a gestão escolar; a infraestrutura das escolas; a garantia do acesso e permanência nas escolas; dentre outras, vão se adaptando, reconfigurando e resignificando a educação escolar.

Os organismos internacionais, como: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), impõem aos países aliados suas propostas educacionais para que estes se ajustem aos acordos firmados como meio de obter financiamento para a educação.

A disseminação das propostas ocorre através de seus discursos acerca da importância da promoção de uma educação de qualidade para a população e os países acabam corroborando e se apropriando de tais ideias com a falácia de se alinharem aos melhores e maiores sistemas educacionais mundiais.

Santomé (2003) analisa o papel dos organismos multilaterais:

É preciso ser consciente de que tanto o FMI quanto o Banco Mundial são instituições supranacionais que, além de forte poder econômico que possuem, também dedicam um esforço enorme para elaborar e promover discursos que possam convencer a população de que o seu trabalho é fruto de um compromisso com o bem-comum, que a sua tarefa é desinteressada e neutra (SANTOMÉ, 2003, p.18).

O discurso utilizado como neutro tem como principal objetivo alienar os grupos sociais dominados e “golpear” as conquistas sociais e fortalecer os ideais das classes dominantes, uma vez que, “não há, pois, discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa” (FLORÊNCIO, *et. al.*, 2016, p. 27-28), isto é, o discurso materializa a posição do sujeito ou da instituição que o promove.

A BNCC (BRASIL, 2018) apresenta as parcerias entre empresas públicas e privadas, materializando na educação os interesses dos organismos internacionais e do fortalecimento do Estado neoliberal. Uma dessas alianças foi a criação do Movimento Pela Base Nacional Comum, que ocorreu em abril de 2013.

O movimento é composto por sujeitos e instituições que tem como principal objetivo facilitar a construção da Base. Algumas das instituições que compõem esse grupo são: Consed, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Todos Pela Educação, Undime, dentre outros.

Essas instituições possuem em comum a participação no Movimento Pela Base Nacional Comum, no Consed e na Undime. A parceria entre instituições públicas e privadas ocorrem constantemente para que sejam implementados documentos que regulamentem a educação pública brasileira e que estes atendam às suas principais questões. Com isso, enfocasse no ideário da educação pública voltada para a reprodução dos interesses das classes que dominam o país e do capital financeiro.

Na perspectiva do neoliberalismo, a educação é uma área estratégica que se submete aos interesses do capitalismo e sua finalidade é destinada a atender as ideias da classe dominante, através da articulação entre os organismos internacionais, o Estado e as empresas privadas. Assim, a educação fica atrelada ao modelo de Estado vigente e para cada concepção de Estado tem-se uma concepção de indivíduo. Dessa

forma, a educação passa a formar o aluno de acordo com o modelo de Estado e nesse caso é o neoliberal, no qual o aluno passa a ser preparado para o mercado de trabalho competitivo e precarizado, priorizando uma educação técnica voltada as demandas do Estado e, conseqüentemente, do capitalismo.

A atuação de instituições privadas na educação pública faz parte do ajuste neoliberal para que seja reproduzido na escola pública os interesses da classe dominante, preparando mão de obra (barata) para atuar no setor privado e, assim, reproduzir as relações entre os donos dos meios de produção (empregador) e aquele que vende a sua força de trabalho (trabalhador), perpetuando a exploração de uma classe pela outra. Com isso, a educação vai perdendo seu caráter emancipador e reduzindo-se a treinar o sujeito para o mercado de trabalho.

A BNCC (BRASIL, 2018) é uma política que vem fortalecer o Estado neoliberal pelo fato de que sua prioridade é a preparação dos alunos para o mercado de trabalho, isto é, ela reduz a formação apenas a perspectiva técnica, deixando de contemplar e priorizar a criticidade do aluno no espaço escolar. Essas proposições estão atreladas aos interesses dos organismos internacionais, bem como com os acordos que foram firmados para obtenção de financiamento da educação.

O Brasil ao realizar reformas que atingiram tanto o âmbito do Estado quanto da educação, em sentido mais estrito, buscou modernizar o Estado para atender as demandas do projeto neoliberal, diminuindo os custos dos serviços oferecidos pelas instituições públicas, proporcionando uma maior flexibilização, descentralizando os recursos e desregulamentando os serviços. Dessa forma, a educação vai acompanhando a dinâmica das transformações em seu processo histórico.

Considerações finais

Diante da análise do contexto da elaboração da BNCC (BRASIL, 2018), a fim de identificar o fortalecimento do Estado neoliberal no Brasil, por meio das políticas educacionais, destacando os principais objetivos dos organismos internacionais e refletindo acerca da BNCC como uma política normativa para a educação brasileira, compreendemos que a BNCC vem materializar os acordos firmados entre o Brasil e os organismos internacionais (FMI, BM, OCDE, OMC, BID e UNESCO).

A parceria entre o Brasil e os organismos internacionais com vistas à financiar a Educação Básica no país, além de ter uma profunda relação com a concretização da reforma do Estado brasileiro que iniciou nos anos de 1990, a proposta reduz a formação do aluno para uma preparação técnica, a fim de que este atue no mercado de trabalho que se intensifica de forma precarizada, influenciando na organização da escola e de todos os fatores que estão envolvidos nessa área.

Posto isto, o processo de elaboração da BNCC (2018) teve a influência dos agentes privados em articulação com órgãos públicos e organismos internacionais, visto que o engessamento das propostas curriculares para formar um sujeito com foco nas demandas do neoliberalismo, e para atender as necessidades impostas pelo mercado financeiro, vem ocorrendo em vários países, não sendo algo restrito ao Brasil.

Desse modo, enfatizamos que as políticas educacionais implementadas no Brasil a partir dos anos de 1990 tiveram como direcionamento o fortalecimento do Estado neoliberal, que foi se efetivando ao longo dos anos e notamos que atualmente as ideias do neoliberalismo estão cada vez mais presentes no país, através da privatização dos órgãos públicos, da diminuição das políticas destinadas as áreas sociais e da submissão do Brasil aos interesses da economia global.

Ademais, salientamos que a educação é uma área social estratégica e que articula os diversos setores da sociedade, por isso, o interesse em implementar políticas que atendam aos ajustes do processo de neoliberalização, culminando na idealização proposta com os acordos firmados entre o Brasil e os organismos internacionais, visando o fortalecimento das propostas neoliberais no país.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar segunda versão revista. 3 maio 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Versão final. Brasília, 2018.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **Políticas públicas de educação: concepções e pesquisas.** Fortaleza: Edições UFC, 2014.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Enpublicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires. Ago. 2006. ISBN: 987-1183-56-9. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020

FLORENCIO, Ana Maria Gama. *et. al.* **Análise do Discurso: Fundamentos & Práticas.** Maceió: EDUFAL, 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano 21, n. 55, nov. 2001, p. 31-41.

GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas.** ed. 4. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Diego de Oliveira. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2469-2477, jun. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702469&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 fev. 2021. Epub 05-Jun-2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11532020>.

Submissão: Nov. 2020
Aprovado: Dez. 2020